

STIUTIO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

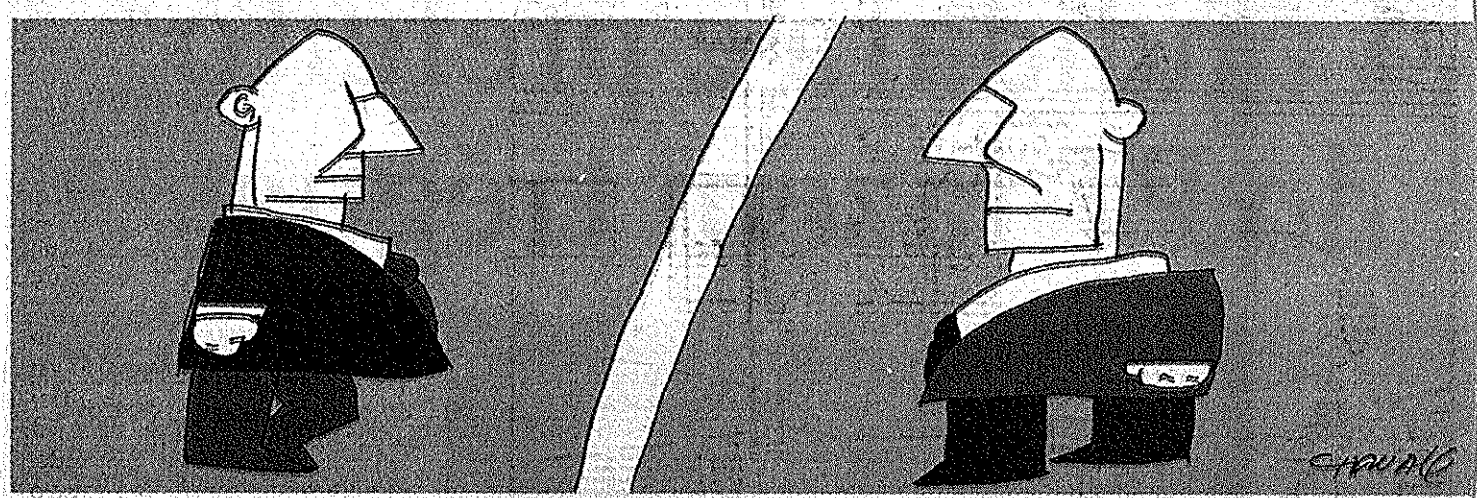
Fonte: FSP

Data: 19/10/96 Pg. 1-3

Class.: APDR 0082

**TENDÊNCIAS/DEBATES**

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências de pensamento contemporâneo



# A criação de territórios federais na Amazônia aumentaria a segurança na fronteira?

**SIM**

## Inteligência, soberania e riqueza

**EULER RIBEIRO**

Criar os territórios federais do Alto Solimões e do Rio Negro —desmembrando a imensa fronteira oeste do Amazonas, iniciativa nacional e oportuna— é prova de inteligência, soberania, aproveitamento de riquezas e dará continuidade ao desenvolvimento iniciado com os ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, hoje Estados. Retirá-los da miséria 150 mil brasileiros sem transportes, comunicações, saúde e educação; sem emprego, renda, moradia e alimento. Sem vida digna.

A inteligência —e, mais ainda, a sabedoria— está em aproveitar logo e de modo racional a área, das mais ricas do mundo. No alto rio Negro há metais raros estratégicos para as conquistas espaciais. A planície do alto rio Solimões possui várzeas maiores e mais férteis do que as margens do rio Nilo, para a produção de alimentos. Ambas são entrecortadas por muitos rios —transporte

e água, esta um dos mais importantes bens para a humanidade no futuro.

É preciso acordar para a importância estratégica da região e integrá-la já! Lembremos que terroristas do M-19 agiram no alto Solimões, sequestrando avião e matando soldados brasileiros. E o narcotráfico penetra no nosso país pela fronteira extensa. É urgente ocupá-la para integrá-la ao país.

Os brasileiros que vivem lá têm sido responsáveis pela manutenção da integridade regional, mesmo abandonados pelas autoridades. Hoje, tudo lhes falta —pior: falta-lhes perspectiva de vida, tão distantes de Manaus. Os territórios carrearão recursos federais diretamente da Presidência da República, segundo geopolítica responsável.

O fluxo migratório do interior para Manaus, que ocorre por causa da Zona Franca e da falta de condições no interior, se inverterá. E haverá interesse de outros brasileiros em ocupar o espaço, com as oportunidades dos investimentos federais, aos quais se seguirão em-

presas nacionais e estrangeiras.

Urucu produzirá gás para energia elétrica mais barata. O turismo será fonte inesgotável de riqueza, pois a Amazônia, última fronteira natural inexplorada, desperta o interesse do mundo. O Inbra e as Forças Armadas assentarão milhares de brasileiros bandeirantes, que, com inteligência e determinação, desenvolverão a área imensa, hoje improdutiva e abandonada, sujeita à cobiça internacional. O governo tem dinheiro para essa iniciativa, pois tem gasto em outras, menos importantes, menos nobres e menos dignas.

O Brasil não pode abrir mão de sua terra, tão rica. Nossos descendentes não perdoariam. Uma grande nação se faz com coragem, inteligência, sacrifício, firmeza e patriotismo. Não podemos admitir que isso nos falte. A história nos julgará!

Euler Ribeiro, 56, é deputado federal pelo PFL do Amazonas e autor de projeto que dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Alto Solimões e do Alto Rio Negro.

**EM TERMOS**

## Pela divisão, ao menor custo

**ARTHUR VIRGÍLIO NETO**

Ao longo de sua história, somente agora, com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, é que o Estado do Amazonas e a própria Amazônia tiveram a merecida e necessária ajuda federal, que permitirá a esse quinhão do país se desenvolver ainda mais. Em toda a minha vida de homem público, jamais vi um governo capaz de uniformizar o desenvolvimento do Estado por causa de sua dimensão.

Nos últimos dias, os estudiosos encarregados de pensar o futuro do Brasil voltaram a colocar em debate a questão da redivisão territorial brasileira para facilitar a ocupação do território nacional, especialmente da Amazônia.

Como homem da região e representante do povo amazonense no Congresso Nacional, sou favorável à divisão do Amazonas e à criação de um novo território. Com seus mais de 1,5 milhão de quilômetros, é praticamente impossível administrá-lo. Qualquer ação social, política e econômica oficial não atinge igualmente a todos os amazonenses.

O Amazonas é maior do que a maioria dos países e possui uma das mais baixas densidades populacionais do planeta. E sua ocupação é imprescindível para a manutenção da soberania nacional na região.

As dimensões continentais do Estado dificultam imensamente a ação dos governantes estaduais e federais no sentido de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem isolados nas beiras de rios e na selva amazônica e que, com sua presença, garantem a soberania nacional.

A divisão da Amazônia traria benefícios imediatos a esses brasileiros, quase que condenados ao abandono. Isso, no entanto, deve ser feito ao menor custo possível para que não onere ainda mais os já escassos recursos orçamentários. A longo prazo, os gastos oficiais diminuiriam, em função de uma maior racionalização dos custos, na aplicação e gestão dos recursos, bem como na administração de pessoal.

As recentes experiências de divisão territorial mostram a justeza da medida. Porto Velho não seria hoje a próspera capital de Rondônia se não hou-

vesse ocorrido o desmembramento do próprio Amazonas. Palmas, capital do Tocantins, é outro exemplo de que a redivisão traz bons frutos, apesar dos métodos arcaicos com que é administrada.

Além disso, o novo desenho geopolítico da região aumentará a presença do Estado, em seu sentido mais amplo. O vasto território teria mais segurança, e os gestores públicos, mais condições de agir contra traficantes, devastadores da floresta e bandidos, que encontram na atual realidade geopolítica um campo fértil para seus negócios escusos.

Sem ser xenófobo, não podemos esquecer que, nas Nações Unidas e em diversos países, já proliferaram seminários e mais seminários onde se discutia abertamente a necessidade de internacionalizar a região, como se nós, brasileiros, fôssemos incapazes de administrá-la. Redividir o Amazonas é um passo importante para mostrar como somos capazes de definir e cuidar de nosso próprio destino.

Arthur Virgílio-Neto, 50, é deputado federal pelo PSDB do Amazonas e secretário-geral do PSDB. Foi vice-líder do partido na Câmara dos Deputados (1995-96) e prefeito de Manaus (AM) de 1989 a 93.

**NÃO**

## Propostas além do simplismo

**MARINA SILVA**

A criação dos territórios do Rio Negro e do Alto Solimões é uma tese antiga na literatura geopolítica dos militares e volta à cena neste momento, graças ao empenho de oficiais do Exército em revitalizar o Calha Norte.

Embora participe com muito interesse de comissão do Senado sobre o Calha Norte, não posso concordar com a criação de territórios seja a solução para a segurança da Amazônia. Primeiro, porque segurança implica fatores que vão além de estratégias militares. Segundo, porque os territórios cobririam apenas cerca de 25% das fronteiras. Terceiro, porque, mesmo não sendo território, a região foi escolhida como laboratório do projeto Calha Norte e já possui uma unidade para técnicos do Sivam. Quarto, porque os territórios demandariam investimentos burocráticos que não necessariamente revertem em segurança ou atendimento das populações locais.

O general Thaumaturgo Vaz, mesmo favorável aos territórios, reconhece que a revitalização do Calha Norte depende da vontade política do governo federal e não da criação de territórios. Da mesma forma, o governo poderia reverter o abandono do "povo do beiradão", no Alto Solimões. É verdade que o atual governo do Amazonas tem dificuldades —e pouco interesse— para administrar essa região. Mas como território, com governador nomeado, a população ficaria ainda mais enfraquecida.

Além do mais, a única área indígena no alto rio Negro já demarcada é a dos ianomâms. As demais, com cerca de 35 mil índios, aguardam a ação da Funai. No alto Solimões, são mais de 1.700 comunidades, a maioria em processo de demarcação, que poderia ser dificultado com os territórios.

Por tudo isso, a questão da segurança não pode ser separada da crise social e econômica que atinge toda a região. O abandono das populações de florestas

(que viviam do extrativismo da borracha e da castanha, hoje sem preço no mercado) faz com que elas acabem optando pela venda irregular de madeira, o garimpo predatório e, quem sabe, até o narcotráfico. Por que Estado e União não atuam em parceria para atender essas comunidades?

Nós temos apresentado propostas para essas populações —crédito especial e um fundo para o extrativismo— e estamos estudando uma alternativa de compensação para que Estados e municípios possam investir em unidades de conservação. Mas nada substitui as iniciativas do governo. E, com certeza, elas precisavam ir muito além do simplismo de criar territórios e entender que, com isso, a "segurança" que interessa ao país estaria atendida.

Marina Silva, 38, historiadora, é senadora pelo PT do Acre e membro titular da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Foi fundadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Acre.